

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Dino apura: Hugo Motta deu aval a Cunha e Valdemar?

“O Sr. Valdemar Costa Neto é um político de destaque e preside um dos maiores partidos brasileiros, logo as suas afirmações públicas merecem atenção”, escreveu em sua decisão divulgada nesta quarta-feira, 15, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a entrevista do presidente nacional do PL ao programa “Estúdio i”, da Globo News. Valdemar havia dito que presidentes de partidos costumam interferir, como ele, na destinação de emendas parlamentares.

Na sua decisão, Dino determinou que presidentes de todos os 21 partidos com representação no Congresso deem mais informações sobre como funciona o direcionamento das emendas para os municípios.

Segundo o ministro, essa forma de distribuição revelada por Valdemar constitui “uma novidade relevante”. Nos autos do processo que ele comanda, sobre desvios de verbas públicas, não havia registro “dessa modalidade de emendas ao Orçamento Geral da União, isto é, emendas de titularidade ou ‘cedidas’ aos presidentes de partidos políticos.”

Dino acha que não há base legal para esse tipo de procedimento que, na verdade, tira transparência da aplicação dos recursos. O ministro cobra dos presidentes que esclareçam vários pontos. Sobre tudo: “a quem compete autorizar e deliberar sobre sua utilização [das emendas]; o fundamento jurídico-normativo que embasa a prática; e o instru-

mento por meio do qual tais mecanismos são formalizados (normas, atas ou similares).”

O ministro busca registrar quem autorizou não-parlamentares, como Valdemar Costa Neto e até o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PL), a distribuir livremente emendas de parlamentares para os municípios que escolherem.

Flávio Dino tem uma suspeita. Baseou em relatório da Polícia Federal sobre desvio de emendas sua decisão de bloquear R\$ 6,1 milhões das contas de Eduardo Cunha. E o relatório aponta que a servidora da Câmara dos Deputados Mariângela Fialek, conhecida como “Tuca”, teria “pleno aval” da presidência da Câmara dos Deputados para “promover desvios de emendas”.

Diz o texto: “Tudo indica que Tuca contava com pleno aval da presidência da Casa para promover os desvios de emendas em favor de Eduardo Cunha, intensificando um altíssimo grau de promiscuidade na deliberação do chamado orçamento secreto”.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, fez uma defesa enfática do direito dos parlamentares de redirecionar as emendas. Ele afirmou em nota:

“A presidência da Casa registra, ainda, confiança no trabalho de seus servidores. A autorização conferida pelos parlamentares para que as equipes que os assessoram operacionalizem as indicações segundo orientação da direção partidária insere-se na normalidade do funcionamento administrativo do mandato e não traduz qualquer irregularidade.”

Ou seja, a atuação de Valdemar e Eduardo Cunha lançou o próprio presidente da Câmara, Hugo Motta, como um dos suspeitos de Flávio Dino de autorizar redirecionamentos de emendas sem transparência. E Motta não fugiu da história.

ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR

Presidente da Fecomércio RJ

Dia do Comerciante: reconhecer os desafios e seguir construindo soluções

O Dia do Comerciante, celebrado em 16 de julho, é uma oportunidade para reconhecer quem, diariamente, mantém as portas abertas, gera empregos, movimenta a economia e contribui para o desenvolvimento das cidades. Mas também é um momento de olhar para a realidade do setor, marcada por desafios que exigem atenção permanente e ações concretas.

O comércio continua enfrentando obstáculos importantes. Juros elevados restringem o consumo, aumentam o custo do crédito e dificultam investimentos. A informalidade e a pirataria seguem impondo uma concorrência desleal aos empresários que cumprem suas obrigações. Além disso, o ambiente tributário ainda demanda aperfeiçoamentos que permitam maior competitividade às empresas, especialmente às micro e pequenas, responsáveis por boa parte dos empregos no país.

Diante desse cenário é que a atuação das entidades representativas se torna ainda mais necessária. Na Fecomércio RJ, temos trabalhado para transformar as demandas do setor em propostas concretas. Defendemos uma regulamentação da reforma tributária que preserve a competitividade das empresas, fomos protagonistas na inclusão do Tax Free na reforma tributária, medida

com potencial para fortalecer o comércio e impulsionar o turismo, e atuamos em favor de programas de regularização fiscal, como o Refis do ICMS, oferecendo condições para que empresas possam reorganizar suas finanças e continuar gerando empregos.

Nossa atuação também passa pelo enfrentamento da informalidade, pela melhoria no ambiente de negócios e pelo diálogo permanente com os poderes públicos. Levamos essas pautas aos fóruns de discussão, apresentamos propostas técnicas e buscamos construir soluções que fortaleçam o comércio, os serviços e o turismo, setores que representam parcela significativa da economia do estado do Rio.

O comerciante brasileiro sempre demonstrou capacidade de adaptação. Superou crises econômicas, transformações tecnológicas e mudanças profundas no comportamento do consumidor. Essa resiliência continua sendo um dos maiores patrimônios do setor. Mas ela precisa ser acompanhada por políticas públicas que estimulem o empreendedorismo, valorizem quem produz riqueza e garantam um ambiente mais favorável para quem investe e gera empregos.

Neste Dia do Comerciante, mais do que celebrar, é hora de reafirmar que a Fecomércio RJ continua ao lado dos empresários fluminenses, defendendo seus interesses, propondo soluções e trabalhando para que o estado do Rio de Janeiro ofereça condições cada vez melhores para quem empreende.

Reconhecer os desafios é importante. Trabalhar para superá-los é o nosso compromisso diário.

EDITORIAL

A falência da rede de proteção na infância

O caso da morte de uma bebê de dez meses em Fortaleza, vítima de estupro cometido por dois homens de 22 e 26 anos, impõe ao país um debate que vai muito além da indignação moral. O crime, pela crueza de suas circunstâncias, expõe a face mais radical da vulnerabilidade e da violência no Brasil. Trata-se de um indicativo severo de que as estruturas básicas de convivência e proteção falharam em seu nível mais elementar. A tragédia não pode ser tratada como um fato isolado; ela exige uma análise rigorosa das engrenagens que viabilizam tamanha barbárie.

Estatísticas oficiais apontam de forma recorrente que o estupro de vulneráveis representa a maior parcela das notificações de violência sexual no Brasil. O padrão que se repete no território nacional é alarmante: na esmagadora maioria das vezes, o abuso ocorre no ambiente doméstico, perpetrado por indivíduos que possuem laços de proximidade ou parentesco com as vítimas. O lar, que deveria figurar como o núcleo primordial de segurança para o desenvolvimento infantil, converte-se, para milhares de crianças brasileiras, no cenário de violações sistemáticas e silenciosas.

Diante da gravidade desse cenário, as discussões públicas frequentemente se limitam ao endurecimento de penas ou ao clamor por soluções puramente punitivas. Embora a responsabilização penal rigorosa seja indispensável para garantir a justiça e coibir a impunidade, a atuação do sistema de justiça criminal é, por definição, reativa. Ela intervém apenas quando o dano irreversível já foi consumado. O foco do debate público e estatal precisa migrar de forma decisiva para a prevenção e para o fortalecimento de uma rede de assistência social que hoje se mostra cronicamente desaparelhada.

Para interromper esse ciclo, é urgente articular de maneira eficaz os setores de saúde, educação e assistência social. Escolas, creches e postos de saúde devem atuar de forma coordenada na identificação precoce de sinais de negligência e abuso. Além disso, o Estado precisa garantir canais de denúncia acessíveis e uma atuação proativa dos Conselhos Tutelares. O caso de Fortaleza deve servir como um ponto de inflexão para que a proteção à infância deixe de ser uma bandeira retórica de momentos de crise e passe a ser tratada como política de Estado permanente, coordenada e devidamente financiada. O silêncio institucional é o combustível que perpetua a barbárie.

OPINIÃO DO LEITOR

Castigo

Ajoelhados, no milho, como alunos relapsos. Castigados por professores de futebol severos e competentes. Que sabem fazer os deveres de casa. Para tentar nos reciclar e evitar novos vexames na copa de 2030.

Vicente Limongi Netto, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.correiodamanha.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal